

AGRONEGÓCIO NAS AMÉRICAS: O MITO DO DESENVOLVIMENTO E A RESISTÊNCIA DO CAMPESINATO

Bernardo Mançano Fernandes¹

Introdução

Este texto é resultado de meus estudos a respeito da questão agrária na América Latina hoje. Foi elaborado para ser debatido no X Encontro de Geógrafos da América Latina, no eixo temático “O campo na América Latina”, na comunicação coordenada proposta pelo autor e pelos professores Clifford Andrew Welch - Grand Valley State University e Ariovaldo Umbelino de Oliveira - Universidade de São Paulo.

Neste X Encontro de Geógrafos da América Latina, atendendo à chamada do título do evento: “Por uma Geografia Latino - Americana: do labirinto da solidão ao espaço da solidariedade” estamos propondo um debate gerador de diálogos. Entre os cientistas sociais latino-americanos, talvez, os geógrafos sejam os mais ausentes no debate sobre o campo em nosso continente. Por essa razão é que entendemos a importância deste evento, como um espaço raro e rico, onde podemos conversar a respeito do tema, procurando transformar o labirinto da solidão em um espaço de solidariedade. A possibilidade de nos conhecermos mais e melhor, de mantermos contatos para cambiarmos nossas pesquisas, me motivou a propor este tema: o campo na América Latina.

Neste texto, procuro compreender o processo de territorialização do agronegócio na América Latina, com ênfase para o Brasil, Paraguai, Argentina e Bolívia. A abordagem a respeito do agronegócio nos EUA é feita pelo prof. Clifford Andrew Welch e no Brasil, pelo prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira.

As políticas de desenvolvimento latino-americanas cambiaram intensamente, desde as décadas de 1970/1980. Das políticas de industrialização para substituição de importações, carregadas de “patriotismo” e defesa da reprodução ampliada do capital nacional, assistimos perplexos, o desmoronamento do bloco socialista e a implacável globalização.

As políticas de desenvolvimento neoliberal romperam fronteiras econômicas e políticas, possibilitando a territorialização intensiva do capital. Nas décadas 1990/2000, com a mundialização do capital, já não importa ser nacional ou transnacional, porque seus interesses estão, ainda mais, acima dos interesses das nações. Algumas das corporações

¹ Universidade Estadual Paulista,
Pesquisador do CNPq - bmf@prudente.unesp.br

transnacionais, como a Monsanto, já possui mais poder político que muitos países pobres e pode impor políticas para ampliar o seu mercado nesses países.

Os planos nacionais de desenvolvimento foram substituídos pelas reuniões de organizações multilaterais, como a Organização Mundial do Comércio – OMC, ou por políticas impostas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, de modo que a soberania dos países da América Latina está comprometida, portanto subalterna aos interesses dessas organizações.

Como apresentamos na primeira parte deste texto, essas políticas foram construídas concomitantemente com um pensamento ofensivo para convencer as pessoas comuns e aos intelectuais, que este modelo único é o que restara do triunfo do capitalismo sobre os demais modelos de sociedade. Esse pensamento ofensivo procura não só o convencimento do único modelo de desenvolvimento, como também procura descaracterizar qualquer outro pensamento que se oponha ao seu modelo.

Ao impor o seu modelo, as políticas de desenvolvimento neoliberal, o pensamento também construiu novos conceitos e ou se apropriou de conceitos, mudando seus significados, tornando-os estranhos à realidade. Alguns exemplos são as criações dos conceitos de agricultura familiar para substituir o conceito de agricultura camponesa; agricultura patronal para substituir o conceito de agricultura capitalista; a indução do conceito de agronegócio como um espaço de realizações plenas no mercado global. Lugar sem contradições, sem conflitos, onde somente há o crescimento e o progresso.

Há pelo menos dois anos venho questionando o caráter “vazio”, confuso e ao mesmo tempo polissêmico do uso do termo “agronegócio”. A falta de lógica, de fundamentos no uso indiscriminável do termo transformou-o numa expressão polimórfica, cujos conteúdos são utilizados para representar relações sociais distintas como se fossem iguais.

Talvez esse seja o sentido deste caráter, suprimir as diferenças como forma de mascarar a realidade, determinando – as como iguais, procurando impossibilitar a compreensão crítica do termo. Essa é a lógica do pensamento consensual, que se apresenta como totalidade e que tem pautado uma parte importante das pesquisas em diversas instituições, especialmente nos cursos de pós-graduação.

Muitas vezes, fico impressionado como grande parte dos geógrafos e outros cientistas usam conceitos sem se preocupar em conhecer a história de sua construção. Essa prática revela, por um lado, a falta de método, já que os conceitos e seus significados são construções e componentes dos paradigmas ou correntes teóricas, que por sua vez são representações de diferentes visões de mundo.

Por outro lado, revela a força do pensamento consensual em emplacar denominações, sem que muitas pessoas se dêem conta da verdadeira finalidade de seu uso. Essa prática tem possibilitado o uso indiscriminado e ufanista de conceitos sem a preocupação com a crítica necessária para a compreensão da história do conceito.

Os conteúdos e os sentidos dos “conceitos” de interesse do pensamento ofensivo, que se quer consensual e, portanto, único, são carregados de metáforas, como por exemplo, o eufemismo, suavizando seus significados e ocultando parte da realidade que o conceito representa. Por outro lado, esse pensamento procura desqualificar os conceitos que não se adequem à lógica do seu pensamento. Desse modo, o conceito de agricultura camponesa, carregado de história e de resistência aos diversos sistemas políticos é taxado como inapropriado para representar o trabalho familiar. Seu significado, dentro do pensamento ofensivo contém somente as idéias de atraso, de miséria e de falta de perspectiva para o desenvolvimento.

Discutir as novas ideologias formadas pelo pensamento neoliberal ofensivo e seus resultados na realidade do campo latino-americano é nosso objetivo neste trabalho.

A ideologia do agronegócio

Desde o começo dos anos 1990, surgiram diversas obras a respeito do fim de alguma coisa, como por exemplo, “o fim da história” (FUKUYAMA, 1992) ou “o fim da ciência” (HORGAN, 1998). Essas obras, entre outras com a lógica do fim de tudo, inauguraram um pensamento ofensivo que defende a democracia liberal como totalidade, de modo que não existiria nada além do universo do mundo capitalista.

Por ter se tornado a relação social mais poderosa, com a derrocada do mundo “socialista”, o capital se expande numa velocidade estonteante, fazendo refluir todas as outras formas de fazer política. Frente à perplexidade das pessoas que procuram construir pensamentos para pensar “outro mundo possível”, além da totalidade do capitalismo, a ideologia neoliberal ofusca dos observadores mais atentos, a sua capacidade de destruição.

O enfraquecimento da luta dos trabalhadores provoca refluxos e percas de direitos históricos. Também o campesinato vê-se encurralado, ora pela cooptação, ora pela destruição e recriação de suas relações sociais. Esta realidade é também construída por uma ideologia que não tem encontrado uma crítica que a faça recuar.

O pensamento ofensivo pretende se estabelecer como único e apóia-se no consenso, determinando uma forma de demarcar o território do pensamento neoliberal como o universo do possível da existência humana. A reprodução ampliada do capital encontrou no “mercado livre” as fronteiras do planeta terra. Essa condição permitiu a intensificação da territorialização do capital e a destruição de relações não capitalistas.

O universo do capitalismo se fecha em um território de incluídos que participam do mercado a partir das relações sociais determinadas. Por outro lado, os excluídos, que não conseguem participar deste universo, que é a totalidade possível do capital, lutam - vegetam - morrem sem conseguir romper as fronteiras criadas pelo universo do capital e defendidas pelo pensamento consensual.

Nesta parte, apresentamos um ensaio ao conceito de agronegócio, como um contrafogo, no sentido dado por BOURDIEU, 2001, como um pensamento contra-ofensivo para lançar uma crítica à ideologia do agronegócio.

Agronegócio é o novo nome do modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Esse modelo não é novo, sua origem está no sistema plantation, em que grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação. Desde os princípios do capitalismo em suas diferentes fases esse modelo passa por modificações e adaptações, intensificando a exploração da terra e do homem.

Agronegócio é uma palavra nova, da década de 1990, e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. O latifúndio carrega em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do terratenientes, do clientelismo, da subserviência, do atraso político e econômico. É, portanto, um espaço que pode ser ocupado para o desenvolvimento do “país”ⁱ. Latifúndio está associado com terra que não produz, que pode ser utilizada para reforma agrária. Embora tenham tentado criar a figura do latifúndio produtivo (*sic*), essa ação não teve êxito, pois são mais de quinhentos anos de exploração e dominação, que não há adjetivo que consiga modificar o conteúdo do substantivo.

A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para “modernizá-la”. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Da escravidão à colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta. O desenvolvimento do conhecimento que provocou as mudanças tecnológicas foi construído a partir da estrutura do modo de produção capitalista. De modo que houve o aperfeiçoamento do processo, mas não a solução dos problemas socioeconômicos e políticos: o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade.

A agricultura capitalista ou agricultura patronal ou agricultura empresarial ou agronegócio, qualquer que seja o eufemismo utilizado, não pode esconder o que está na sua raiz, na sua lógica: a concentração e a exploração. Nessa nova fase de

desenvolvimento, o agronegócio procura representar a imagem da produtividade, da geração de riquezas para o país. Desse modo, se torna o espaço produtivo por excelência, cuja supremacia não pode ser ameaçada pela ocupação da terra. Se o território do latifúndio pode ser desapropriado para a implantação de projetos de reforma agrária, o território do agronegócio apresenta-se como sagrado, que não pode ser violado. O agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento.

A fundação do agronegócio expandiu sua territorialidade, ampliando o controle sobre o território e as relações sociais, agudizando as injustiças sociais. O aumento da produtividade dilatou a sua contradição central: a desigualdade. A utilização de novas tecnologias tem possibilitado, cada vez mais, uma produção maior em áreas menores. Esse processo significou concentração de poder – conseqüentemente – de riqueza e de território. Essa expansão tem como ponto central o controle do conhecimento técnico, por meio de uma agricultura científica globalizada.

Agronegócio e agricultura familiar

Outra construção ideológica do agronegócio é convencer a todos de que é responsável pela totalidade da produção da agropecuária. Toda vez que a mídia informa os resultados das safras, credita toda a produção na conta do agronegócio. É a arte da supremacia.

Estrategicamente, o agronegócio se apropria de todos os resultados da produção agrícola e da pecuária com se fosse o único produtor do país. A agricultura camponesa que é responsável por mais da metade da produção do campo – com exceção da soja, cana e laranja, não aparece como grande produtor e fica no prejuízo. Com essa estratégia, o agronegócio é privilegiado com a maior fatia do crédito agrícola.

O agronegócio vende a idéia de que seu modelo de desenvolvimento é a única via possível. Essa condição é reforçada pela mídia e por estudiosos que homogeneizam as relações sociais, as formas de organização do trabalho e do território como se fossem da mesma natureza. Desse modo, procuram comparar as produtividades do agronegócio e da agricultura familiar. Como se fosse possível comparar a produção de pães de uma padaria com a de uma empresa multinacional.

A agricultura camponesa não é adepta do produtivismo, ou seja produzir uma única cultura e com exclusividade para o mercado e nem se utiliza predominantemente de insumos externos. Seu potencial de produção de alimentos está na diversidade, no uso múltiplo dos recursos naturais. Nas regiões onde há concentração de pequenos agricultores,

a desigualdade é menor e, por conseguinte os índices de desenvolvimento estão entre os maiores.

O agronegócio como supremacia procura cooptar a agricultura camponesa para defender o seu modelo de desenvolvimento. Esse processo de cooptação começa pela eliminação das diferenças: todos são iguais perante o mercado. E continua com essa propaganda para que todas as políticas sejam construídas tendo como referência o negócio.

O poder do agronegócio aparece como se fosse construído a partir do mercado, do “livre comércio”. Enquanto de fato o mercado é construído a partir das ações resultantes das políticas que regulam as práticas do mercado. Portanto, o mercado não está começo, mas nos resultados das políticas. Com esse poder de controle social, o mercado é o paraíso do agronegócio e o purgatório da agricultura familiar.

As ideologias do agronegócio trabalham com a combinação e a oposição, quando estas lhes convêm. Procuram combinar diferentes tipos de relações sociais e opor uma mesma relação social por meio de sua diferenciação interna.

A combinação é realizada como se agricultura capitalista e agricultura camponesa fossem da mesma natureza. Enquanto, a agricultura capitalista se realiza a partir da exploração do trabalho assalariado e do controle político do mercado; a agricultura camponesa ou familiar é intensamente explorada por meio da renda capitalizada da terra, ficando somente com uma pequena parte da riqueza que produz, a maior parte é apropriada pelas empresas que atuam no mercado.

A oposição é feita por meio da fragmentação da agricultura camponesa. Para enfraquecê-la, alguns intelectuais procuram fracioná-la por meio da diferenciação econômica. Nesta visão, os pequenos agricultores empobrecidos seriam camponeses e os remediados (ou capitalizados) seriam agricultores familiares. O primeiro seria atrasado, o segundo seria moderno. Desse modo, o empobrecimento e a capitalização dos camponeses não aparecem como resultados da desigualdade gerada pela renda capitalizada da terra, mas como diferentes tipos de organização do trabalho. Essa fragmentação se constituiu com tanta força, que se formaram movimentos de agricultores familiares que aceitam sem muita resistência as políticas construídas tendo como referência o negócio ou o mercado.

Por outro lado, esta construção ideológica provocou a intensificação da resistência camponesa. Um destaque é a formação da Via Campesina, uma articulação mundial de movimentos camponeses contra o modelo do agronegócio.

Agronegócio e reforma agrária

O agronegócio procura manter o controle sobre as políticas e sobre o território, conservando assim um amplo espaço político de dominação. Tudo o que está fora deste espaço é sugado pela ideologia do agronegócio. Um exemplo é a reforma agrária.

Para combater as ocupações de terra, a política criada pelo agronegócio foi a Reforma Agrária de Mercado. Depois de denominada de Cédula da Terra virou Banco da Terra e hoje é chamada de Crédito Fundiário. É uma tentativa de tirar a luta popular do campo da política e jogá-la no território do mercado, que está sob o controle do agronegócio.

As ocupações de terra ferem profundamente esta lógica e por essa razão o agronegócio investe ferozmente na criminalização da luta pela terra, pressionando o Estado para impedir a espacialização desta prática de luta popular. O controle do território e das formas de acesso à terra é objetivo da mercantilização da reforma agrária. Não importa para o capital ser o dono da terra, o que importa é que a forma de acesso seja por meio das relações de mercado, de compra e venda. O controle da propriedade da terra é um dos trunfos do agronegócio. É fundamental que a terra esteja disponível para servir à lógica rentista.

Por essa razão, as ocupações de terra são uma afronta ao agronegócio, porque essa prática secular de luta popular encontra-se fora da lógica de dominação das relações capitalistas. Assim, o sacro agronegócio procura demonizar os movimentos socioterritoriais que permanentemente ocupam a terra. Na última década, o espaço político mais utilizado é o Poder Judiciário. Recentemente tem ocorrido uma verdadeira judicialização da luta pela terra, em que o Poder Judiciário se apresenta como uma cerca intransponível aos sem-terra. Para não manchar a sua imagem, o agronegócio procura desenvolver políticas de crédito e ou bolsas de arrendamento, de modo a trazer os ocupantes de terra para o território do mercado.

A cada ano o agronegócio se territorializa com maior rapidez e desterritorializa a agricultura camponesa ou familiar. O empobrecimento dos pequenos agricultores e o desemprego estrutural agudiza as desigualdades e em não resta à resistência camponesa outra saída a não ser a ocupação da terra como forma de ressocialização.

As ocupações de terras do agronegócio já começaram nas regiões onde esse modelo de desenvolvimento controla a maior parte do território, concentrando riqueza e aumentando a miséria. Este é o novo conteúdo da questão agrária nesta primeira década do século XXI.

Para tentar evitar o enfretamento com os camponeses, o agronegócio procura convencê-los que o consenso é possível. Todavia, as regras propostas pelo agronegócio são sempre a partir de seu território: o mercado.

O campesinato é um grupo social que além das relações sociais em que está envolvido, tem o trunfo do território. A cada ocupação de terra, ampliam-se as possibilidades de luta contra o modo capitalista de produção. Pode se fortalecer cada vez mais se conseguir enfrentar e superar as ideologias e as estratégias do agronegócio. Se conseguir construir seus próprios espaços políticos de enfretamento com o agronegócio e se manter sua identidade socioterritorial. Essas condições são fundamentais para o desenvolvimento da agricultura e do Brasil.

O conceito de território no pensamento ofensivo

Digamos que o pensamento ofensivo é, por enquanto, o pensamento hegemônico dominante, que conta com forte apoio da mídia. Este tem sido o seu território, onde divulga suas idéias e desqualifica as idéias dos seus opositores, ao mesmo tempo em que estes não possuem os mesmos espaços políticos na mídia para debater.

Como já demonstramos, uma das táticas do pensamento ofensivo é a mudar os significados dos conceitos para que estes se adequem aos seus interesses. Contudo, um dos conceitos que foi dilacerado pelo pensamento ofensivo é o de território. Essa categoria geográfica sempre teve como conteúdo os significados de poder, conflito, enfretamento, disputa, liberdade, luta, crise etc. O território é o espaço político por excelência, onde se realizam as relações sociais distintas no enfretamento das lutas de classes.

O conceito de território foi mutilado pelo pensamento ofensivo e foi transformado em um espaço banal. O território é visto em sua essência como espaço onde todos se realizam sem problemas, por meio da “justiça social” e inclusão social, com políticas públicas integradoras e defensoras do pertencimento cultural.

Essa concepção de território é na verdade o espaço dos projetos de desenvolvimento das organizações multilaterais impostas aos países da América Latina. Esse é um modelo padrão ou um paradigma que é apresentado pelo pensamento ofensivo como o que temos de mais moderno ou pós – moderno, como a superação do conflito, porque as questões são resolvidas no e pelo mercado.

Está explícito nesta leitura, o processo de controle social. A participação de todos é permitida, desde que dentro do universo do capitalismo. Este é o novo paradigma que em cada país da América Latina recebe uma denominação: novo mundo rural, fundo de terras, banco da terra, desenvolvimento sustentável etc. O objetivo é desenvolver para o mercado,

no sentido da defesa da eficiência, da competitividade, do empreendedorismo, da capitalização. Isso é o desenvolvimento.

Desse modo, não se discute questões estruturais, como por exemplo, a histórica concentração da terra em toda a América Latina. Também não se discute os conflitos, pois a “única” possibilidade de solução está em jogá-lo no mercado, onde o capital possa resolver por meio da compra e da venda.

A fragilidade do conceito e da política do pensamento ofensivo é blindada pela ideologia neoliberal e pela falta de uma ideologia que a enfrente, questione e critique. É impossível não discutir a questão agrária na América Latina, que possui os países com maior concentração fundiária do mundo. No Brasil, os proprietários com mais de 1000 ha., controlam 44% da área (FERNANDES, 2004); No Paraguai, os proprietários com mais 1000 ha., controlam 82% da área (PALAU & KRETSCHMER, 2004). São o segundo e o primeiro lugares em concentração de terra do mundo.

Para ignorar esta realidade e acreditar que possa haver desenvolvimento com tamanha concentração de riqueza foi preciso mutilar o conceito de território, transformando tudo no espaço do capital. Assim, o desenvolvimento é um mito para a maior parte da população latino-americana e um modelo eficiente para os organismos multilaterais, que conta com a mídia no convencimento da maior parte dos governos do continente.

O mito do desenvolvimento

A territorialização do capital por meio do modelo de desenvolvimento do agronegócio tem como principal objetivo tentar manter a balança comercial positiva, de modo a saldar juros da dívida externa. Além disso, sobra muito pouco para os países latino-americanos. Elimina a condição de soberania, já que o que importa é exportar cada vez mais para poder pagar cada vez mais e assim, nesse processo sem-fim, acontece o desenvolvimento de uma parte da população com a exclusão da maior parte.

Esta é a tendência do campo latino-americano. A invasão do agronegócio em territórios indígenas e camponeses que resistem, são “integrados” e excluídos do modelo, de acordo com as mudanças na conjuntura política internacional e das formas de resistência dos movimentos camponeses.

Por trás do discurso do pensamento ofensivo há uma realidade pouco analisada. A vanglória do agronegócio brasileiro não resiste a uma análise mais profunda. O crescimento do modelo agro-exportador em todo o mundo é um fato, todavia isso não representa um crescimento da participação do Brasil no comércio exterior.

A participação brasileira nas exportações totais vem se mantendo em torno de 1%, enquanto a participação brasileira nas exportações agrícolas, embora tenha aumento absoluto, vinculado à expansão do mercado externo, não consegue atingir os resultados das décadas de 1970 e 1980, quando as políticas de substituição de importações vigoravam.

No quadro a seguir, observa-se que a participação do Brasil nas exportações agrícolas têm-se mantido em torno de 3% desde o começo da década de 1990, quando as políticas neoliberais começaram a ser implantadas.

Ano	Exportações Totais			Exportações Agrícolas		
	Mundiais	Brasil	%	Mundiais	Brasil	%
1970	282,2	2,7	0,96	53,5	2,0	3,74
1975	796,4	13,6	1,71	122,4	8,9	7,27
1980	1.845,7	20,1	1,09	232,5	9,4	4,04
1985	1.784,5	25,6	1,43	208,5	8,8	4,22
1990	3.336,0	31,4	0,94	326,6	8,6	2,63
1991	3.451,2	31,6	0,92	239,4	7,6	3,17
1992	3.658,0	36,1	0,99	354,8	8,7	2,45
1993	3.764,2	38,7	1,03	335,8	9,5	2,83
1994	4.283,1	43,5	1,02	389,2	12,5	3,26
1995	5.011,5	46,5	0,93	443,6	13,3	3,23
1996	5.150,0	47,7	0,85	465,8	14,3	3,07
1997	5.325,0	53,0	1,00	458,0	16,0	3,49
1998	5.434,0	51,1	0,94	437,7	15,2	3,47
1999	5.549,5	48,0	0,86	416,8	13,8	3,31
2000	6.266,0	55,1	0,88	552,2	15,5	2,80
2001	6.021,0	58,2	0,97	554,1	18,4	3,33
2002	6.272,0	60,4	0,96	582,5	19,4	3,34

Fontes: FAO - Food and Agriculture Organization (www.fao.org); FMI - Fundo Monetário Internacional (www.imf.org); Organização Mundial do Comércio (www.wto.org).

Quanto mais produzimos para pagar a dívida externa, conseguimos apenas manter uma posição que está estacionada há mais de dez anos. Com o crescimento das exportações agrícolas no mundo, o Brasil vem perdendo posição, passando do quarto lugar na década de 1970 para a décima posição em 2002, como pode ser observado no quadro seguinte.

Mundo: Principais países exportadores de produtos agrícolas - (Milhões de US\$)

Década de 1960			Década de 1970			Década de 1980			1990 a 2002		
País	Valor Exp.	% sobre Mundo	País	Valor Exp.	% sobre Mundo	País	Valor Exp.	% sobre Mundo	País	Valor Exp.	% sobre Mundo
EUA	55.511	15,4%	EUA	203.760	17,3%	EUA	378.360	15,8%	EUA	708.091	13,5%

Austrália	18.094	5,0%	França	82.026	7,0%	França	200.007	8,4%	França	464.698	8,9%
França	16.413	4,5%	Holanda	79.118	6,7%	Holanda	185.679	7,8%	Holanda	419.119	8,0%
Holanda	16.382	4,5%	<u>Brasil</u>	47.695	4,0%	Alemanha	128.048	5,3%	Alemanha	310.334	5,9%
Canadá	13.224	3,7%	Alemanha	46.140	3,9%	<u>Brasil</u>	91.432	3,8%	R. Unido	193.014	3,7%
<u>Brasil</u>	11.688	3,2%	Austrália	45.999	3,9%	Austrália	88.757	3,7%	Itália	189.335	3,6%
Mundo	360.945	-	Mundo	1.179.255	-	Mundo	2.393.768	-	Austrália	177.583	3,4%
									Canadá	173.502	3,3%
									China	167.235	3,2%
									<u>Brasil</u>	166.324	3,2%
									Mundo	5.232.541	-

Fonte: FAO – Food and Agriculture Organization (www.fao.org).

Disponível em www.agricultura.gov.br

A invasão da soja: uma das estrelas do agronegócio

A soja é um commodities dos mais expressivos do agronegócio mundial. Na safra 2003/2004 foram produzidas 186 milhões de toneladas. Há diversos cenários a respeito da territorialização e desterritorialização deste produto. Por lado, existe a perspectiva do aumento para 300 milhões de toneladas para 2020. Esse crescimento vai depender das políticas e das propagandas a serem desenvolvidas em todo o mundo. Também pode haver recuo da soja, caso as condições econômicas das populações pobres continuem a atual tendência de decréscimo.

Na América Latina, a Argentina, o Brasil, o Paraguai e a Bolívia são os países que possuem mais perspectivas de expansão da soja. Os impactos socioterritoriais da territorialização da soja podem ser diversos, dependendo do modelo de desenvolvimento. O agronegócio tem se mostrado extremamente agressivos, pelo uso intensivo de agrotóxicos e por causa da grande escala de produção da monocultura.

Por outro lado, a agricultura camponesa, responsável pela produção de aproximadamente 30% da produção de soja, tem causado diferente impacto no território. Sempre de forma subalterna, a agricultura camponesa por seus limites na organização do trabalho familiar, se apresenta menos agressiva, além de não concentrar a riqueza, como faz de forma extraordinária o agronegócio.

Nas figuras a seguir, observa-se diferentes impactos da soja conforme os modelos de desenvolvimento. A agricultura camponesa produz soja em rotação com diversas outras culturas e com a pecuária. A produção é parcialmente mecanizada e a geração de emprego é maior que as produções de larga escala. Em média, a agricultura camponesa produtora de soja gera três postos de trabalho para cada 24 hectares, enquanto a agricultura capitalista gera um emprego para cada 200 hectares.

O que se pode chamar de competitividade, pode significar a exclusão de vários trabalhadores. Quando se acredita tanto no modelo hegemônico do agronegócio a exclusão não significa nada ao lado da competitividade.

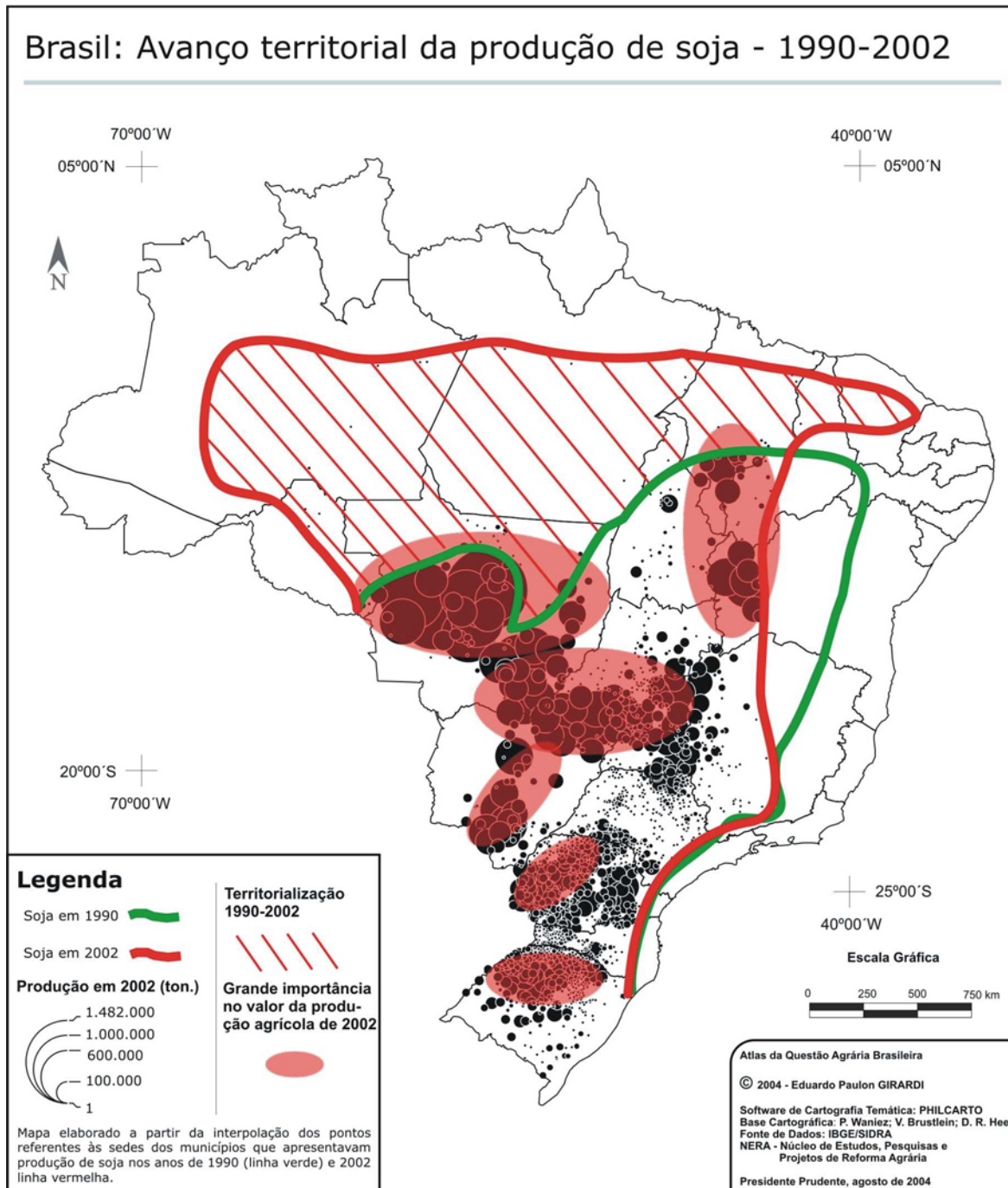


Propriedade camponesa – produção de soja – Santa Catarina (Dros, 2004)

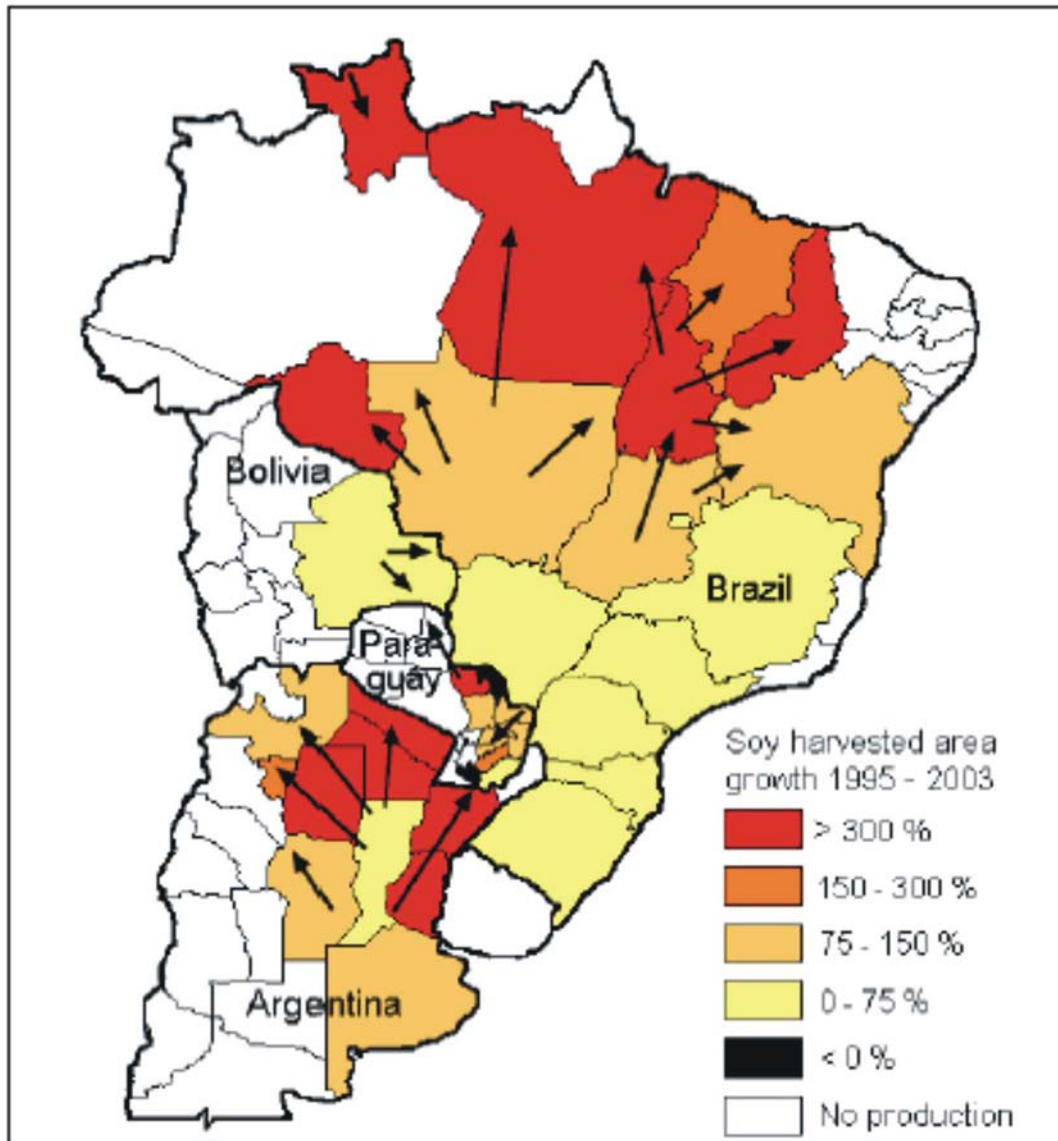


Demonstração de colheita de soja e plantio direto de milho em Mato Grosso. (Revista Veja nº 1873, setembro de 2004).

Na figura a seguir apresentamos a territorialização da soja no Brasil na última década e início do século XXI. Observa-se que a direção da soja é a Amazônia, como possível espaço de territorialização nesta década.



Na próxima figura pode-se observar que a Amazônia, o Cerrado e o Chaco são os principais espaços que estão sendo ocupados pela soja no Brasil, Paraguai, Argentina e Bolívia.



Fonte: Dross, 2004.

A resistência camponesa

Os limites da resistência camponesa nesse processo de territorialização da soja são o enfretamento e a subalternidade, a destruição e a recriação por meio de políticas pública e da luta pela terra.

No Brasil, Paraguai e Bolívia são diversos os movimentos camponeses que têm lutado contra a invasão da soja. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Brasil); a Mesa Coordinadora Nacional de Organizaciones Campesinas – MCNOC; Confederación Sindical Unica de Trabajadores Campesinos de Bolívia – CSUTCB (Bolívia)

Estamos desenvolvendo um projeto de pesquisa junto ao Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO, para estudar as diferentes formas de resistência dos movimentos camponeses contra a territorialização da soja. Os principais articuladores do

pensamento ofensivo reconhecem que os camponeses são “ainda” a principal força que os enfrenta.

Considerações finais

Estudar as formas de resistência dos camponeses frente esta nova fase de territorialização do capital no campo é um de nossos desafios. Nos anos de 2005 a 2007, estaremos desenvolvendo esforços no sentido de reunir diversos pesquisadores que estudem a América Latina para compreender esta questão.

Neste texto, pretendemos apenas provocar o debate, abrir o diálogo, pois acreditamos que se faz necessário uma crítica ao modelo de desenvolvimento do agronegócio, no sentido de contribuir para com o desenvolvimento humano em nosso continente.

REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos 2*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- DROSS, Jan Maarten. *Managing the soy boom: Two scenarios of soy production expansion in South America*. Amsterdam: AIDEnvironment, 2004.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Impactos socioterritoriais da luta pela terra e a questão da reforma agrária: uma contribuição crítica à publicação “Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira”*. Brasília, NEAD (inédito), 2004.
- FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992
- HORGAN, John. *O fim da ciência: uma discussão sobre os limites do conhecimento científico*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- PALAU, Marielle. KRETSCHMER, Regina. *La “gerra de la soja” y el avance del neoliberalismo em el campo paraguay*. In Observatório Social de América Latina nº 13. Buenos Aires: Clacso, 2004.
- TEIXEIRA, Gerson. *As vulnerabilidades externas da economia brasileira: o agronegócio e o latifúndio improdutivo*. Brasília: inédito, 2004.
- ZIZEK, Slavoj. (Org.) *Um mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ⁱ Entre aspas, porque o discurso de desenvolvimento do país significa o modelo de desenvolvimento do capital. Os trabalhadores não participam dos espaços políticos onde se tomam as decisões, e quando participam é porque estão defendendo a ideologia do capital.